

A implantação do bloqueio foi noticiado com exclusividade pelo Correio. Segundo o diretor-substituto de Benefícios do INSS, Eduardo Basso, um software irá fazer o acompanhamento on-line das perícias. Como as consultas são agendadas pelo próprio INSS, o sistema irá bloquear novas marcações após 24 consultas. Os médicos credenciados recebem R\$ 21 por perícia realizada. Além dos terceirizados, o INSS tem 2.176 peritos concursados.

O Instituto também está investigando 41 profissionais terceirizados, sob suspeita de realizarem perícias desnecessárias apenas para aumentar seus rendimentos. Todos recebem mais de R\$ 9 mil por mês. Segundo o Instituto, caso sejam comprovadas irregularidades nas perícias, esses médicos perderão o credenciamento e responderão civilmente pelos valores ganhos indevidamente.

O INSS também anunciou ontem que dentro de 90 dias vai implantar projetos pilotos para tentar reduzir em 50% as filas nos postos de atendimento da Previdência Social. Os pilotos serão implantados em grandes centros, como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre. Segundo o coordenador-geral de Benefícios do INSS, Carlos José do Carmo, benefícios por incapacidade poderão ser solicitados diretamente na empresa ou em sindicatos parceiros do INSS. “Do total de pessoas que vão às agências da Previdência, 18,65% vão requerer benefícios por incapacidade, e 14,6% procuram a perícia médica”, afirmou.(MT)

(Correio Braziliense - 10/03)

## O Tribunal de Contas da União tem ...

O Tribunal de Contas da União tem procurado agir de maneira preventiva junto às agências reguladoras, fazendo recomendações, para que os processos de licitação não sejam interrompidos em sua fase final ou quando os contratos de concessão já estejam em andamento.

Essa experiência tem sido muito útil para as partes envolvidas, evitando problemas posteriores. No caso da Agência Nacional do Petróleo, por exemplo, o TCU recomendou que as rodadas de licitação das áreas destinadas à exploração de óleo e gás sejam autorizadas pelo Conselho Nacional de Política Energética.

Com o aval dos Ministros que compõem o Conselho, a ANP não se envolveria em discussões relativas à política de energia, e o seu papel como órgão regulador seria menos questionado — até judicialmente — nos períodos que envolvem as rodadas (é um desgaste a cada ano, pois sempre surge a dúvida se a licitação ocorrerá ou não).

No setor de energia elétrica o TCU tem feito sugestões e recomendações à Aneel. A definição sobre

tarifa social é uma delas. Técnicos do Tribunal cruzaram dados do IBGE e concluíram que o consumo de 80 quilowatts por mês pode não ser o melhor critério para identificar aqueles que realmente precisam de uma tarifa social. Cadastros de IPTU ou mesmo o CEP dos consumidores deveriam ser considerados. Auditores do TCU também têm avaliado o que está acontecendo com a CCC, agora o principal encargo das contas de energia elétrica. A CCC arca com grande parte do preço do óleo diesel usado pelas usinas térmicas da Amazônia, mas esses gastos vêm aumentando em ritmo espantoso. Pelas projeções, a CCC deve bater na casa de R\$ 4 bilhões em 2005 (e Manaus responderá por quase metade disso). Há cinco anos esse valor não passava de R\$ 600 milhões.

Antes considerado uma fonte de atritos, esse acompanhamento do trabalho das agências feito pelo TCU hoje contribui para aperfeiçoamento e definição dos marcos regulatórios tão reclamados pelos potenciais investidores em áreas de concessão da União. Este ano, o TCU promoverá um seminário internacional, com a participação de representantes de agências reguladoras de outros países, para debater a experiência.

(O Globo - 14/03)